

ATA DO CONSELHO DIRETOR – 6/8/2020

Ao dia 6 de agosto de 2020, às 14 horas, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, plataforma de videoconferências do Google, teve início a 4ª reunião ordinária do Conselho Diretor do IBC, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo – presidente; José Tadeu Madeira de Oliveira, diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Fabiana Moura Arruda, diretora substituta do Departamento Técnico-Especializado; Ivan Finamore, diretor substituto do Departamento de Educação; Maria Odete Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração; Alessandro da Rosa Carvalho, representante dos técnicos administrativos; Rafael Dutton, representante do corpo docente, e Patrícia Inez Villares de Mello representante dos pais. O diretor-geral do IBC abriu a reunião agradecendo a presença de todos e iniciando os trabalhos solicitando a mudança da pauta previamente divulgada, cancelando os pontos 3 e 4 da convocação, porque os respectivos documentos a serem apreciados não haviam sido entregues. Em seguida, deu início às discussões do primeiro ponto, que era a apresentação do quadro atual do IBC em relação à pandemia. O diretor-geral informou os conselheiros que ainda não havia perspectiva de retorno das atividades presenciais voltadas aos alunos, mas que existia a previsão de reabertura das atividades da residência médica e, conseqüentemente, do serviço oftalmológico — uma abertura com responsabilidade e segurança, segundo ele. O diretor do DMR, José Tadeu, informou que seria obedecido o protocolo de segurança sanitária construído pelas enfermeiras do centro cirúrgico Fernanda e Camila, de acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e da Sociedade Brasileira de Cirurgia em Oftalmologia. João complementou citando as adaptações feitas no DMR, como o isolamento do setor médico do restante da escola, entre outras. Ele explicou que primeiramente funcionará apenas o ambulatório e, num segundo momento, o centro cirúrgico. O presidente do Conselho informou também sobre o retorno de parte da força de trabalho terceirizado com jornada de 8 horas diárias, explicando que a decisão fora

pautada nas exigências legais para este momento e também na necessidade de garantir o apoio, nas dependências do IBC, às atividades remotas executadas pelos servidores — em especial as secretárias dos departamentos e as recepcionistas do DMR. Foi informado também pelo diretor-geral que o serviço social do Instituto está trabalhando no cadastramento das famílias de alunos do IBC que irão receber as cestas básicas determinadas pelo governo. Em seguida, ele abriu para perguntas. O representante dos docentes questionou se os cuidadores não poderiam ter sido chamados a voltar às atividades presenciais, mesmo que sem os alunos, com o objetivo de preservar seus empregos. João explicou que ao longo do isolamento haviam sido tomadas todas as providências para poupar os postos de trabalho terceirizados, mas que com a manutenção da interrupção das atividades presenciais dos alunos e o funcionamento reduzido da Instituição não havia mais como justificar legalmente a manutenção de todos os contratos. A representante dos pais, Patrícia Villar, perguntou se na volta das atividades dos alunos não haveria a possibilidade de esses contratos serem retomados. A diretora do DPA, Odete Duarte, explicou que havia sim a possibilidade de recontração. Segundo ela, suspensão é válida por 30 dias, renovável por até 120 dias, mas que as empresas haviam decidido pela demissão dos funcionários para que esses tivessem direito ao seguro-desemprego, sem desconto das férias coletivas nem cobrança do pagamento do aviso prévio, depositando a multa por demissão. A diretora do DPPE, Elise, lembrou que os funcionários que voltaram estão sendo monitorados pelos chefes imediatos de forma a garantir a transparência e preservar a instituição de possíveis denúncias e problemas. Em seguida, passou-se ao segundo ponto de pauta: a apresentação da proposta de atendimento ao educando do IBC. O presidente do Conselho disse que diante das reivindicações de pais por um contato mais regular dos alunos com os professores e da necessidade de manutenção do vínculo afetivo com a Instituição e também do bom resultado que a live junina teve, provando que era possível a realização de eventos semelhantes por meio das plataformas digitais, a direção do Departamento de Educação elaborou uma proposta de atendimento aos discentes da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio profissional. O diretor substituto do DED, Ivan Finamore compartilhou o documento na tela da sala virtual e apresentou-o aos demais conselheiros. Ao ler o artigo 1º do documento, Ivan observou que as discussões sobre carga horária discente e anos letivos deveriam ser levadas à comunidade acadêmica. O artigo 7º também mereceu uma ressalva

dos conselheiros José Tadeu, Elise e João, por dizer respeito a direitos autorais não só dos professores, como de terceiros cujos conteúdos possam vir a ser usados em vídeos voltados aos alunos. José Tadeu ressaltou que o documento dá elementos para a elaboração de um processo de avaliação neste momento de afastamento social para o qual a instituição não estava preparada porque nunca havia acontecido antes. Finda a leitura, o documento foi aberto à votação. Rafael Dutton questionou por que ele não havia sido construído com os professores, uma vez que já havia discussões sobre este assunto e que todos tinham como certa a realização de outra reunião para fechar algumas questões, o que não aconteceu. Diante disso, o conselheiro pediu que o documento fosse levado aos colegas para apreciação antes da aprovação. A conselheira Elise perguntou a Ivan se esta discussão seria algo que demoraria muito, ao que este respondeu que não tinha como saber. João disse que quando Luigi falou da proposta, ele, João, achou que seria necessário enviar logo o documento para apreciação do Conselho Diretor, pois durante todo esse tempo a gestão vinha se desdobrando para acompanhar as discussões que têm surgido em todas as instituições, em particular no Colégio Pedro II. E diante do fato de já se estar desde março na busca de respostas sobre como deveria ser a atuação do IBC como escola, havia sentido a necessidade de abrir logo essa discussão no âmbito do Conselho Diretor. Segundo João, a proposta apresentada não era fechada, apenas um norte para que instituição desse uma resposta à sociedade, que não podia demorar mais e que nada impediria que fossem agregadas outras contribuições a ele. Rafael respondeu que seria possível definir um tempo para as equipes de trabalho participarem da construção do documento. Tadeu, por sua vez, disse que tinha dúvidas se haveria tempo para a abertura do trabalho proposto pelo representante dos docentes. Segundo ele, a proposta de discussão do documento com os professores feita pelo representante dos docentes era boa, mas desde que já se estivesse colocando as ações em prática. Para o diretor do DMR, nada impede que, ao longo do caminho, se vá melhorando o que já está sendo feito. A conselheira Patrícia disse que concordava com o documento. Segundo ela, o que os pais mais sentem falta é do contato dos professores com os alunos, cada qual de acordo com a disciplina que lecionam. Segundo ela, há muita reclamação sobre a ausência dos professores — os pais estão estressados, os alunos ansiosos porque há uma expectativa de aprovação automática e eles estão preocupados por não terem o conteúdo do ano letivo seguinte. O representante do

DED fez uma defesa dos professores, dizendo que como não havia nada institucionalizado, eles não sabiam o que fazer e que independentemente do fato de não ter sido a forma ideal de construir o documento, este era muito importante para dar respaldo à instituição e estabelecer o espaço de discussão de todas as questões apontadas. João pediu a palavra para dar um encaminhamento do assunto. Segundo ele, sem o documento o IBC fica na condição desconfortável de ser a única instituição pública que não apresentou nenhuma alternativa de atendimento a seus alunos. Por isso, a proposta dele foi de que o documento voltasse ao DED para correção dos pontos apontados e para discussão com os professores e que já quarta-feira seguinte à presente reunião, dia 12, o Conselho se reunisse em caráter extraordinário para votá-lo, o que foi acatado por todos. Em seguida, foram iniciados os informes. João falou sobre o processo de implantação do SUAP, que já conta com todos os servidores cadastrados e que em breve estará rodando os processos eletrônicos. Outra providência que está sendo dada pela informática é a migração para a plataforma de educação do Google (Google for Education). Com isso, o e-mail estará atrelado à plataforma do Google, dentre outras funcionalidades. João informou que a documentação já havia sido enviada para a empresa e que em breve o processo deveria estar concluído. Por último, passou-se aos assuntos gerais. Rafael Dutton perguntou sobre o porquê da criação das comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Avaliação dos Planos Individuais de Trabalho. João respondeu que a primeira deveria ser criada para respaldar a autorização do Conselho com parecer técnico sobre os assuntos que lhe fossem pertinentes. Segundo João, trata-se de uma comissão que existe em várias outras instituições de ensino superior para avaliar, por exemplo, se determinada proposta de curso é válida ou não. Quanto à segunda comissão, o objetivo de criação seria envolver os departamentos envolvidos na construção dos planos individuais dos professores. O representante dos docentes, mais uma vez, reivindicou que os documentos de criação dessas duas comissões fossem apresentados para votação depois de compartilhados e discutido pelos docentes, o que obteve a concordância do presidente do Conselho, que lhe sugeriu que procurasse a direção do DED para promover essa discussão com a categoria. Elise informou que isto já havia sido feito com os professores do DPPE, que concordaram com o conteúdo dos documentos. Patrícia Villar perguntou por que os alunos do ensino médio não participaram da pesquisa sobre o retorno das atividades que está

no site. João disse que para esses alunos os formulários seriam direcionados diretamente a eles e que procuraria saber se isto na havia sido feito. Ela também perguntou em que pé estava a distribuição das cestas básicas. Jose Tadeu disse que se iria se informar e retornar com a informação para ela. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Maria Odete Santos Duarte

Ivan Finamore

Elise de Melo Borba Ferreira

José Tadeu Madeira de Oliveira

Fabiana Moura Arruda

Alessandro da Rosa Carvalho

Patrícia Inez Villares

Rafael Dutton